
NAS BRECHAS DO SISTEMA: DECOLONIALIDADE, COMUNICAÇÃO, MÍDIAS E REPRESENTATIVIDADE NEGRA

IN THE SYSTEM'S CRACKS: DECOLONIALITY, COMMUNICATION, MEDIA, AND BLACK REPRESENTATION

EN LAS GRIETAS DEL SISTEMA: DECOLONIALIDAD, COMUNICACIÓN, MEDIOS Y REPRESENTACIÓN NEGRA

Shirlei Alexandra da Cunha¹

RESUMO

A democratização da comunicação no ciberespaço permitiu que vozes anteriormente invisibilizadas ganhassem expressão. Contudo, o controle dos meios de produção e divulgação ainda incide sobre grupos predominantemente compostos por homens brancos e cisgêneros, mesmo na sociedade brasileira autodeclarada majoritariamente negra. Valendo-se do conceito de colonialismo e colonialidade do Poder, do Ser e do Saber, o ensaio reflete sobre essa hierarquização, intimamente imbricada ao racismo na Modernidade, à guisa de brechas para superar essa lógica, tendo como *corpus* dois programas televisivos apresentados na emissora aberta e estatal TV Cultura: “Negros em Foco” e “Estação Livre”. A despeito do pacto narcísico da branquitude para proteger e perpetuar seus valores e ideologias, mudanças políticas, econômicas e educacionais das últimas duas décadas têm alterado o cenário excludente de grupos subalternizados. O acesso à educação e o aumento do poder aquisitivo da população negra têm impactado as universidades, impulsionando o questionamento decolonial e a pesquisa de experiências negras, por pessoas negras. Apesar do aumento da representatividade negra no ciberespaço, sua presença na TV aberta ainda se mostra incipiente. Contudo, a convergência das mídias, ao inserir programas de TV nas redes sociais digitais, possibilita a interlocução para além das fronteiras nacionais, promovendo ampliação da perspectiva de alteridade. Esse fenômeno é fundamental para se construir uma sociedade igualitária, em que todas as vozes tenham espaço e visibilidade. Nesse movimento, a educação pode se valer da pujança de programas desta natureza, para desenvolver ações em prol do empoderamento e da humanização dos setores sociais subalternizados.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade. Comunicação. Mídia. Identidade negra. Educação.

ABSTRACT

The democratization of communication in cyberspace has allowed previously invisible voices to gain expression. However, control of the means of production and dissemination still affects groups predominantly made up of white, cisgender men, even in a self-declared majority black Brazilian society. Based on the concept of colonialism and coloniality of Power, Being and Knowledge, the essay reflects on this hierarchization, closely intertwined with racism in Modernity, in the form of loopholes to overcome this logic, having as its corpus two television programs presented on the broadcaster open and state-owned TV Cultura: “Negros em Foco” and “Estação Livre”. Despite the narcissistic pact of whiteness to protect and perpetuate its values and ideologies, political, economic and educational changes in the last two decades have altered the exclusionary scenario of subordinated groups. Access to education and the increase in the purchasing power of the black population have impacted universities, boosting decolonial questioning and research into black experiences by black people. Despite the increase in black representation in cyberspace, its presence on open TV is still incipient. However, the convergence of media, by inserting TV programs into digital social networks, enables dialogue beyond national borders, promoting an

¹ Doutoranda em Educação pela UNIFESP, professora de educação básica 2 e médio da SED-SP e da SME-SP

expansion of the perspective of otherness. This phenomenon is fundamental to building an egalitarian society, in which all voices have space and visibility. In this movement, education can make use of the strength of programs of this nature, to develop actions towards the empowerment and humanization of subordinate social sectors.

KEYWORDS: Decoloniality. Communication. Media. Black identity. Education.

RESUMEN

La democratización de la comunicación en el ciberespacio ha permitido que voces antes invisibles ganen expresión. Sin embargo, el control de los medios de producción y difusión todavía afecta a grupos predominantemente compuestos por hombres blancos y cisgénero, incluso en una sociedad brasileña autoproclamada de mayoría negra. Utilizando el concepto de colonialismo y colonialidad del Poder, del Ser y del Saber, el ensayo reflexiona sobre esta jerarquización, estrechamente entrelazada con el racismo en la Modernidad, en forma de lagunas para superar esta lógica, teniendo como corpus dos programas de televisión presentados en la emisora abierta y estatal TV Cultura: “Negros em Foco” y “Estação Livre”. A pesar del pacto narcisista de la blancura para proteger y perpetuar sus valores e ideologías, los cambios políticos, económicos y educativos de las últimas dos décadas han alterado el escenario excluyente de los grupos subordinados. El acceso a la educación y el aumento del poder adquisitivo de la población negra han impactado a las universidades, impulsando el cuestionamiento decolonial y la investigación sobre las experiencias negras por parte de los negros. A pesar del aumento de la representación negra en el ciberespacio, su presencia en la televisión abierta es aún incipiente. Sin embargo, la convergencia de los medios, al insertar programas de televisión en las redes sociales digitales, permite el diálogo más allá de las fronteras nacionales, promoviendo una ampliación de la perspectiva de la alteridad. Este fenómeno es fundamental para construir una sociedad igualitaria, en la que todas las voces tengan espacio y visibilidad. En este movimiento, la educación puede aprovechar la fuerza de programas de esta naturaleza, para desarrollar acciones encaminadas al empoderamiento y humanización de los sectores sociales subordinados.

PALABRAS CLAVE: Decolonialidad. Comunicación. Medio. Identidad negra. Educación.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico articula-se a uma pesquisa acadêmica que está sendo desenvolvida em nível de doutoramento em educação, em uma universidade federal do estado de São Paulo. Cumpre também esclarecer que a aludida pesquisa se integra à pesquisa em desenvolvimento, com fomento do CNPq, coordenada pela orientadora, segunda autora deste texto.

A cultura digital tem aberto espaço para a ampliação de muitas vozes. Por meio do acesso às redes existe a possibilidade de interação com pessoas ao redor do mundo inteiro, seja estudando, compartilhando ou cocriando; o ciberespço nos permite esse movimento interlocutivo, dadas as suas características de romper com as barreiras físicas que politicamente separam países, povos, comunidades e etnias.

Desde o final da década de 1990 já se anunciava que o ciberespço como "espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores" (LÉVY, 1999, p. 92) sendo o local em que todas as pessoas com acesso a um dispositivo tecnológico (*notebook, tablet, celular...*) conseguem dar vazão à sua criatividade, aos seus pensamentos. Nesse sentido, a democratização comunicativa proporcionada pelo

ciberespaço implica tanto a reverberação de valores culturais de grupos, até então desmerecidos ou subalternizados, como dissemina concepções de uma massa reacionária que também tem suas narrativas negativistas e seu discurso do ódio fortalecidos. O movimento dialético se faz sempre presente na sociedade. De um lado, pesquisas acadêmicas realizadas com vistas a trazer à tona estudos que levam em conta o posicionamento dos grupos minoritários ou minorizados por e através deles; de outro, as contra narrativas feitas a partir dos discursos reacionários também têm se ampliado e recrudescido exponencialmente. Ideias que até então se aventavam como única possibilidade de explicação para tudo e todos pouco se abalavam, devido à invalidação dos discursos contra hegemônicos e ao baixo alcance que a voz dos grupos subalternizados (negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, pobres, pessoas com deficiência, entre outros) tinham nos meios de comunicação. Com o ingresso destes grupos nos meios acadêmicos, essas ideias passam a ser questionadas e os grupos subalternizados recebem legitimidade, justamente por serem humanizados e validados epistemicamente.

Amparadas nos conceitos decoloniais, essas pesquisas tensionam o pensamento etnocêntrico e hegemônico capitalista neoliberal, quando se abrem para a pluralidade de vozes e caminhos, uma vez que, em se tratando das redes sociais digitais, a divulgação desse pensamento, em regimes políticos mais democráticos, não passa pelo crivo de uma instância de controle e divulgação.

No entanto, ao tratarmos da comunicação em mídias regulamentadas e concedidas pelo Estado – e falamos aqui mais especificamente da televisão aberta – ainda percebemos que aquilo que se vê nas mídias sociais digitais e nos estudos acadêmicos têm pouca reverberação nas grades televisivas. Isto se dá porque esses veículos, em sua maior parte comerciais, fazem coro à lógica neoliberal. Os interesses financeiros e até mesmo particulares podem inclusive estar se sobrepondo às premissas para as quais foram concedidas, o que não acontece, por sua vez, com *sites* noticiosos que não são considerados como bem público. Segundo o portal da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC, 2023), há uma necessidade premente de criação de um texto regulatório para o setor de comunicação, pois sanaria as várias dúvidas a respeito de como deveriam ser as regras que organizam o funcionamento da mídia nacional.

Deste modo, a reverberação dos estudos e pesquisa acadêmicas decoloniais e contra hegemônicos no âmbito prático da comunicação midiática exposta no audiovisual através dos discursos e programas apresentados na TV aberta acontece justamente nas brechas do sistema: valendo-se das produções independentes e/ou do poder de influência de figuras do ciberespaço, pela quantidade de seguidores/as que detêm em seus nichos sociais e no que tange à legislação sobre a concessão dos canais educativos, por exemplo.

Decolonialidade e mídia

Os estudos decoloniais entendem que o colonialismo, enquanto processo social e histórico, não se reproduziu apenas através do tempo por meio de lógicas econômicas, políticas, cognitivas da existência, da relação com a natureza, mas também através da institucionalização de modelos epistemológicos que sobreviveram, mesmo após a emancipação das colônias europeias (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, Grosfoguel, 2018). Para os teóricos decoloniais existe uma distinção entre colonialismo e colonialidade, que deve ser levada em consideração, a fim de entendermos como se dão os processos de hierarquização de poder entre dominadores e dominados na Modernidade.

Segundo Aníbal Quijano (2005), a relação direta de dominação política, social e cultural dos europeus sobre os povos conquistados é um fenômeno datado que conhecemos como colonialismo. O autor apresenta a colonialidade como uma espécie de continuidade deste domínio, mesmo após a superação do pacto colonial. Em termos práticos, isso significa que as relações de poder e dominação na Modernidade ainda seguem as estruturas criadas e legitimadas no colonialismo, em que

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. (Quijano, 2005, p. 117)

A independência do Brasil ocorrida em 7 de setembro de 1822 não trouxe consigo uma ruptura com a ordem política e social vigente no país e o temor da oligarquia rural em perder seus privilégios confrontava-se com os interesses e pressões capitalistas da Inglaterra. A lenta transição que se deu até a libertação dos escravizados, em 13 de maio de 1888, também se fundava no receio dessa mesma oligarquia de que o país vivesse algo semelhante à sangrenta revolução em São Domingos, na qual as pessoas negras não só haviam se rebelado contra a escravidão, na última década do século XVIII, como proclamado sua independência em 1804 (AZEVEDO, 1987, p.35). O fato é que as estruturas se mantiveram e perpetuaram desigualdades sociais, por meio de políticas públicas que se manifestam em níveis díspares entre a população branca, preta e parda do país, sempre com estas duas últimas em posição de inferioridade em relação à primeira.

No tocante às questões de gênero, cor ou raça, por exemplo, mesmo em número maior entre as pessoas com ensino superior completo, as mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), nos ingressantes do Ensino Superior, elas foram 58,7% dos novos estudantes matriculados contra 37,3% de homens. Entre os concluintes dos cursos a vantagem feminina aumenta um pouco mais e chega a mais de 60%. Ainda analisando a questão educacional em sua intersecção raça/gênero mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). Segundo dados divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para o 3º trimestre de 2022 e analisados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2023), a taxa de participação das mulheres com 14 anos ou mais de idade no mercado de trabalho foi de 44%. Ou seja, a participação da mulher no mercado de trabalho é alta e jovem e elas têm concluído em maior proporção o Ensino Superior do que os homens; enquanto que as mulheres negras frequentando essa etapa da graduação chega a ser metade da quantidade de mulheres brancas.

Quando o assunto é renda, em 2022 a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 25,0% mais que as mulheres. De acordo com o documento, as mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidado com pessoas. No que se refere ao nível educacional, quanto mais alto ele for maior será a remuneração, porém mesmo com mais escolaridade que os homens, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento deles. O levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) destaca que esses dados são parte de uma sociedade estruturalmente machista. Acrescentamos, ainda, que além de patriarcal os dados também refletem uma sociedade racista, pois a mulher negra aparece comparativamente em desvantagem, em relação aos demais grupos populacionais. A maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos (44,4%).

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho reproduz e reafirma esse desequilíbrio já existente em todas as esferas da sociedade, sob a forma do machismo. A partir dos papéis atribuídos a homens e mulheres, negros e negras, desenham-se as desigualdades e as relações de poder, seja econômico, sexual ou político (DIEESE, 2023, p. 12-13).

Todos esses dados justificam a existência de uma hierarquização de poder, em que o homem branco cisgênero ocupa o topo da pirâmide social, seguido pela mulher branca, pelo homem negro e, por fim, na base dessa pirâmide social, a mulher negra. Partindo da premissa de que a sociedade é construída com base nesta lógica hierarquizada de opressões, percebemos que o domínio dos meios de comunicação de massa também se insere nessa racionalidade patriarcal e colonizadora. Aqui trataremos de situar nossa análise nas emissoras brasileiras, destacando

que a tradição da cultura política e jurídica na América Latina é reflexo de um processo histórico de colonialidade, exploração, dependência e exclusão de múltiplos segmentos sociais, que se configuram por meio de três aspectos que possibilitaram a dominação do norte sobre os países do sul global: eurocentrismo, como matriz cultural; colonialismo, como matriz institucional; capitalismo, como matriz econômica (Maia e Farias, 2020). Tais conceitos enunciados por Aníbal Quijano (2005) estabelecem que a lógica colonial forja um sistema de opressão que aniquilou a cultura dos oprimidos, em um contexto social racista. Nesse sentido, a branquitude toma os valores europeus como universais e o modo de produção capitalista, como fonte de crescimento econômico, a partir da exploração, do controle e da organização da força de trabalho, principalmente do sul global.

A mídia televisiva, no que se refere às emissoras de TV abertas, sustenta esse discurso de dominação, por meio da reprodução da ideologia da classe dominante. A ideologia, como afirma Chauí (1984), é um fenômeno social que consiste no ocultamento das contradições da realidade, ocasionando a harmonização das aparências sociais.

A ideologia produz uma representação invertida da realidade que tem sua dimensão histórica e social eliminada. Assim, quando os homens admitem que são desiguais estão tomando a desigualdade como causa de sua situação social e não como tendo sido produzida pelas relações sociais, e, portanto, por eles próprios sem que desejassem e sem que o soubessem (Chauí, 1984, p.104).

Ao tratarmos da ideologia das classes dominantes, retornamos ao conceito de conhecimento situado, para justificar que os meios de comunicação de massa, em especial a TV da qual tratamos neste artigo, reproduzem os valores da classe dominante. Em outros termos, a mesma classe que domina o plano econômico, social e político é quem domina o plano simbólico das ideias e valores. Portanto, em sendo os donos dos meios de comunicação brasileiro, parte desta classe dominante formada por homens e mulheres brancos/as, heterossexuais e alicerçados/as em valores judaico-cristãos, a mídia televisiva oferta como produto audiovisual à população o fruto de suas convicções, que, embora carreguem as especificidades das suas vivências, são transformados e assimilados como ideais e universais. Ao pensarmos o papel da televisão aberta neste contexto, recorreremos a Kellner (2001), que salienta que essa mídia é regida pela estética do realismo representacional, de imagens e histórias que fabricam o real e tentam produzir um efeito de realidade. Segundo o pesquisador, a “cultura de mídia” exerce papel fundamental na reestruturação da identidade, do pensamento e dos comportamentos atuais. Para ele, “as pessoas realmente modelam comportamentos, estilos e atitudes pelas imagens da televisão e os anúncios por ela veiculados, de fato, desempenham certo papel na manipulação na demanda do consumidor” (Kellner, 2001, p. 303). Do ponto de vista da narrativa unilateral focada principalmente no lucro, apoiamos-nos em Chimamanda Adichie, que adverte para “o perigo da história única” como fonte dos estereótipos: “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” (Adichie, 2019, p. 22)

Nesse sentido, advogar em favor de estudos acadêmicos que partem de um viés contra hegemônico de análise torna-se relevante, pela pujança da perspectiva decolonial ao fomento e à ampliação da diversidade de vozes e de olhares sobre as mais diversas temáticas que integram a sociedade. Romper com histórias únicas é também valorizar a episteme de todos os grupos constituintes desta mesma sociedade. Em se tratando do Brasil, segundo dados do IBGE (2021) a maioria da população é negra: 47,0% se autodeclaram pardos/as e 9,1%, pretos/as. A sub-representação deste grupo nas TV abertas, tanto na frente das câmeras quanto atrás delas, implica o distanciamento de pautas que atendam às especificidades dos grupos subalternizados. Mesmo quando essas agendas são apresentadas, ainda assim são examinadas a partir de um olhar embranquecido.

Comendo pelas beiradas

Há um ditado africano que diz “pouco a pouco a lagarta consegue devorar a folha da árvore”. O provérbio popular ilustra, alegoricamente, como a construção e a ampliação do pensamento negro vem ontologicamente se constituindo e sendo materializadas fisicamente pela corporeidade negra, a despeito, das inegáveis consequências do processo de escravização, do racismo e de um período pós abolição, que relegou a população negra à subcidadania, como frisa Fernandes,

[...] (o negro) sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma Abolição feita como uma revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve de acumular, vegetando nas cidades e tentando *ser gente*, isto é, cidadão comum (Fernandes, 1989, p. 07).

Resistindo à necropolítica à qual o Estado submeteu à população negra e se valendo de toda a ginga desenvolvida pelos ancestrais, mesmo face à desumanização de seus corpos e do seu ser, a população negra vem alertando para a sua existência – cada vez mais ampla e consistente – em todos os setores: político, acadêmico, cultural, artístico. Ao fazê-lo, a população negra reflete sobre as questões raciais, sobretudo as que visam a fortalecer nossa democracia por meio da diminuição das desigualdades e do fortalecimento da identidade nacional brasileira.

É desta maneira que podemos observar a presença dos corpos negros e de sua episteme nos veículos midiáticos hegemônicos, como as TV abertas. Nesse sentido, valendo-se do próprio termo ginga, entendemos que, no rompimento das estruturas coloniais de poder, o/a negro/a brasileiro/a não se emancipou como os/as haitianos/as o fizeram, mas tem buscado estratégias para o reconhecimento de sua humanidade, ora avançando, ora defendendo, ora recuando para abrir espaço para a próxima investida, assim como se faz na capoeira.

A cultura de consciência negra – assimilação crítica da questão racial, que parte de referenciais históricos, simbólicos, estéticos, de matrizes africanas (ou significadas como tal), “temperados” pela vivência afro-brasileira – pode corresponder à assunção plena da ginga, inclusive na sua capacidade de se projetar para fora/de fora do “jogo”, simulando a ausência, dando espaço aos parceiros sem perder seu próprio equilíbrio e a relação, mas reconstituindo seus referenciais na própria interação (Pereira, 2005, p. 45).

Embora o olhar imperial branco tenha destituído sua humanidade, ao colocar a pessoa negra na região denominada por Fanon como zona do não-ser, “uma região extraordinariamente estéril e árida” (Fanon, 2008, p. 22), é na consciência de si e por si que a pessoa negra em diáspora, historicamente se insurge contra a ordem vigente que a oprime, para manter sua identidade africana viva. No livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Fanon apresenta uma abordagem existencialista que argumenta que um dos elementos centrais do Ser reside em sua indefinição, ou seja, na impossibilidade de ser essencializado, devido à presença de uma consciência fluida e transcendental, que não admite substâncias fixas e permanentes (Fanon, 2008). O processo colonial cristalizou a imagem do negro a partir do viés do exótico; conseqüentemente, o racismo fixou sua imagem como o biologizado, o inferiorizado, aquele a quem se impinge todos os estereótipos negativos, resultando na subjugação desse grupo, na privação dos direitos políticos e na desumanização de seus corpos. Fanon afirma que “[...] o negro não é um homem”, para denunciar que as pessoas negras, ao serem categorizadas em uma sociedade racista pela cor de pele, são tratadas como menos humanas e, portanto, a elas negam-se direitos, dignidade e igualdade.

No Brasil, ao abordamos a questão do ponto de vista das estratégias de reafirmação da corporeidade negra, face a esse processo de desumanização, cumpre situar a capoeira como estratégia de resistência e de luta, como tecnologia de sobrevivência pela população negra, nos momentos de tensionamento junto à nossa sociedade racista. Ora jogo, ora dança, ora luta, a capoeira serviu para manter a integridade, a autoestima e a comunidade negra unida, diante das violências do opressor. É importante lembrar que o medo do país se tornar um Haiti fez com que as oligarquias brasileiras recrudescessem os mecanismos que pudessem ajudar a emancipação da população negra. Sem dúvida, além da violência física e psicológica, o acesso ao conhecimento foi uma das formas de se evitar o confronto direto com essa população, com vistas à manutenção do *status quo*, em que a aristocracia brasileira se encontrava no período anterior à abolição da escravatura.

Hodiernamente, na Era da Comunicação e da Informação, as estratégias de sobrevivência e de reafirmação assumem outra dimensão. Se no período pós abolição a ausência de escolarização era uma das questões que afastavam mais ainda a população negra de oportunidades de ascensão social, o cenário se altera com as políticas públicas de universalização do ensino, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Esse movimento se fortalece ainda mais com a Lei 10639/2003, que insere a obrigatoriedade do

ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica e com políticas de ações afirmativas, que preveem reserva de vagas para a população negra no ensino superior público. A isso se aliam programas de financiamento, como o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e a educação a distância, que, a despeito do modo como o capital dele sordidamente se apropriou, significa mais oportunidade de ingresso e permanência no ensino público. Este complexo de medidas, amparado nas aludidas normativas legais, foi decisivo para o aumento da escolaridade da população negra nas últimas décadas. Segundo Silva (2020, p. 16), em 1991, apenas cinco em cada cem jovens entre 18 e 24 anos cursavam ensino superior. Em 2015, esse número passou para dezoito jovens nessa faixa etária. Entre os/as jovens negros/as, essa taxa saltou de 1,5% para 12,5% em 2015.

As transformações no perfil e no acesso de negros/as e pardos/as nas instituições de ensino superior vão se refletir no aumento de produções de conhecimento científico acadêmico, que versam sobre a realidade vivida, sentida, descrita e analisada pelo/a próprio/a negro/a. Os grupos e movimentos organizados coletivamente criam associações em vários núcleos nas universidades, com a formação, em 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que busca mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento, com objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões, em relação a determinados grupos sociais, raciais e suas vivências (Oliveira, 2016, p. 109). Nesse movimento, os/as negros/as são protagonistas de suas próprias histórias e não mais objetos de pesquisas.

A população negra não é uma massa homogênea, como o racismo faz crer. Daí a importância de se frisar que as pesquisas acadêmicas são de interesse social múltiplo e nem toda pessoa negra vai enveredar para os estudos que envolvem as questões raciais. No entanto, como analisa Santos (2008), os/as intelectuais negros/as formados/as sob a ética antirracista advinda dos movimentos negros se distinguem:

[...] negros intelectuais são em realidade os acadêmicos de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico científica que foi adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras ou estrangeiras, produz nestes intelectuais um *ethos* acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores universitários (Santos, 2008, p. 11).

A marca desse/a novo/a intelectual negro/a é a interação entre uma ética da convicção antirracista e um *ethos* acadêmico, que foi primeiramente adquirida na militância negra. “Mediante sua produção, os(as) intelectuais negros(as) questionam, revisam ou desconstruem conhecimentos colonizadores, eurocêntricos ou brancocêntricos” (Santos, 2008, p. 12). Nesse sentido, os estudos decoloniais são basilares para observar, analisar e refletir sobre a estrutura

social na qual estamos inseridos, apontando caminhos para torná-la menos desigual, mais justa e humanizada. E, de alguma forma, esses achados vão se reverberando nas práticas sociais.

Ao tratar do aumento da escolaridade e, conseqüentemente, do aumento de renda da população negra – que, de acordo com o IBGE, cresceu 51,4% entre 2003 e 2013 –, percebemos como as políticas públicas possibilitaram oportunidades a este grupo populacional, reverberando em maior representatividade desta população, em todos os setores sociais. Todavia, em se tratando de representatividade protagonizada por negros/as nas TV abertas, pouca coisa tem mudado. Nesse ponto é preciso ressaltar que, no Brasil, os meios de comunicação são domínio da branquitude e, como explica a pesquisadora Maria Aparecida Bento, a branquitude se fecha em um pacto silencioso de preservação de seu grupo nos melhores lugares sociais.

Tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas à manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade (Bento, 2002, p.7)

Como bem frisa Nascimento (2016, p. 54), “[...] os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional, eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país”, ou seja, é pelos olhos deles que o mundo se explica.

Entretanto, é pela brecha de um sistema capitalista e estruturalmente racial que encontramos algumas iniciativas na TV nacional aberta que visam a superar uma linguagem televisiva calcada quase que exclusivamente em narrativas sobre a população, pelo viés da branquitude. Esses discursos revelam-se na presença estereotipada do/a negro/a como protagonista à frente das câmeras, pela anulação de seus corpos ou por não estar participando diretamente da produção e da elaboração do que se vai ser levado ao ar.

Dentre algumas tentativas de se pensar o/a negro/a em lugar de protagonismo trazemos à baila o projeto televisivo, que foi ao ar na TV Record com o nome de “Turma do Gueto”, entre 2002 e 2004. Desenvolvido e financiado por José de Paula Neto, o cantor Netinho, o seriado trouxe para o/a telespectador/a personagens retirados da vida real, apresentando uma trama que acontece em um bairro periférico paulistano, cujos/as moradores/as estão em busca de melhores condições vida e veem na escola uma forma de ascender socialmente. O enredo gira em torno da relação entre professores/as e estudantes da “Escola Municipal Quilombo”. O grande impacto desta produção não incide em tratar do cotidiano de pessoas da periferia urbana, mas do lugar discursivo de quem escreve, produz e atua na obra. Como apontam Malcher, Vidal e Motter (2006, p. 589), “O diferencial seria o local “de origem” da fala, não mais do lado de “cá” da linha delimitadora da exclusão – o asfalto – e sim do lado de “lá” – a favela.” Apesar de retratar a expressão cultural da periferia, as pesquisadoras alertam para alguns descuidos de

autoria ou produção, em se escolher como ponto central da trama o tráfico de drogas, o que destitui a humanidade das personagens.

Ao escolher a droga como fio condutor e, em princípio, único tema, ‘amarra’ as tramas de modo tão excludente e radical que a pluralidade e a multiplicidade existentes nas dobras excluídas limitam o alcance da narrativa, enveredando por um caminho perigoso que, distante de dar voz aos que não são ouvidos, reforçam os preconceitos (*idem*, p. 591).

Este local de desumanização, de estereótipo e de subalternização dos corpos negros faz parte de uma das estratégias de poder e fomento da colonialidade, no âmbito da modernidade capitalista. As pesquisadoras acreditam no uso do prestígio e do poder financeiro da pessoa negra, como forma de romper esse pacto narcísico da branquitude, na humanização das vivências negra periféricas.

Acredita-se que essa cultura existe e deve ser buscada e mostrada. Ou melhor, é preciso usar a brecha aberta às custas das ‘intenções’, do prestígio e por que não, do dinheiro de um ‘ex-excluído’, o cantor Netinho. (*idem*, p. 592)

Seguindo essa perspectiva de ruptura com estereótipos da população negra e se valendo das brechas do sistema, apresentamos dois programas veiculados pela TV Cultura, que se situam como objeto de investigação da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, pela segunda autora deste artigo: a) “Negros em Foco”, que estreou em 2022, com apresentação do reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente; b) “Estação Livre”, que começou em 2021. “Estação Livre” configura-se como programa jornalístico, é apresentado pela jornalista e empreendedora Cris Guterres que foi considerada pela revista Forbes uma das criadoras de conteúdo mais inovadoras de 2020.

Ambos os programas televisivos colocam os/as negros/as na perspectiva de protagonistas, trazem narrativas de pessoas que fogem do critério estereotipado do que se espera da pessoa negra em uma sociedade racializada e, principalmente, têm sua produção pensada e realizada por uma maioria negra.

O Negro em Foco foi criado, desenvolvido e apresentado por negros há anos no ambiente acadêmico da Universidade Zumbi dos Palmares. Agora, ganha muito mais força com a abertura da TV Cultura para este programa que vai discutir ainda mais o racismo, a inclusão, e as ações afirmativas em debate com grandes personalidades, negras ou não negras, mas que acreditam que, para chegarmos a um mundo melhor, é preciso haver equidade, combate ao racismo, ações voltadas à educação e aprimoramento dos negros”.² (Vicente, 2022)

² TV Cultura estreia "Negros em Foco" em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares. https://cultura.uol.com.br/noticias/51908_tv-cultura-estreia-negros-em-foco-em-parceria-com-a-universidade-zumbi-dos-palmares.html Este e outros excertos que não estão acompanhados de paginação estão publicados desta forma na internet.

O programa “Negros em Foco”, que já era uma realidade no meio acadêmico, se tornou acessível a muito mais pessoas, a partir da parceria realizada entre a universidade e a TV Cultura, com patrocínio do banco Bradesco.

O Programa “Estação Livre”, segundo informações do próprio *site*³ é um programa feito por uma maioria de mulheres que têm como missão valorizar a cultura negra, a rica diversidade do Brasil e mobilizar a sociedade para repensar e ajudar a reconstruir um país mais justo para todos/as. O programa conta a história de homens e mulheres que conquistaram destaque em suas profissões, negros/as e não negros/as e que se tornaram referência em seus setores. Homens e mulheres que fazem a diferença e ajudam a valorizar a cultura black⁴.

Num momento como esse vivido pelo Brasil, em que os extremos se acirram e acabam se sobrepondo ao bom senso, a TV Cultura - como uma emissora pública - tem a obrigação de propor programas como o Estação Livre: um espaço de conteúdo onde a diversidade, a inclusão e as ações da sociedade civil se encontram e se fazem representar por quem realmente importa, o povo brasileiro⁵. (Pereira, 2021)

Eneas Carlos Pereira, vice-diretor da TV Cultura, reafirma em suas palavras o compromisso legal da emissora para com o Art. 221 da Constituição Federal quanto aos princípios que as produções e programas de emissora de rádio e televisão devem atender, dando preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e à promoção da cultura nacional e regional, dando estímulo à produção independente que objetive sua divulgação (Brasil, 1988).

A TV Cultura resiste aos apelos mais comerciais e tem procurado atender aos dispositivos legais, levando ao ar uma pluralidade de modelos sociais com fins educativos. Em se tratando de representatividade negra, tanto o programa “Negros em Foco” quanto o “Estação Livre” se inserem em uma perspectiva de ruptura e desconstrução de criações mentais estereotipadas da presença deste grupo étnico na sociedade. O pesquisador Vygotsky (2007) – que por meio de seus estudos apresentou os pressupostos da aprendizagem como uma atividade que se realiza a partir da relação entre os sujeitos e destes com seu meio –, verificou que a aprendizagem do ser humano se constitui na interação com o meio em que está inserido. Dito de outro modo, as interações são basilares para que os indivíduos consigam compreender (por meio da internalização) as representações mentais de seu grupo social. Além de aprender, ao internalizar as formas culturais do seu meio, o sujeito social também pode nelas intervir, transformando-as. Desse modo, os programas televisivos, em virtude da força semiótica da linguagem

³ Estação Livre. <https://cultura.uol.com.br/programas/estacaolivre/>

⁴ Estação Livre: Cris Guterres comanda novo programa jornalístico da TV Cultura.

https://cultura.uol.com.br/noticias/18423_estacao-livre-cris-guterres-comanda-novo-programa-jornalistico-da-tv-cultura.html

⁵ Estação Livre: Cris Guterres comanda novo programa jornalístico da TV

Cultura. https://cultura.uol.com.br/noticias/18423_estacao-livre-cris-guterres-comanda-novo-programa-jornalistico-da-tv-cultura.html

audiovisual, apresentam-se como instância de grande abrangência e forte relevância na transmissão e na consolidação das representações mentais dos grupos sociais.

Graças à convergência das mídias anunciada por Jenkins desde 2006, programas televisivos desta natureza podem ser encontrados no Youtube. Nesse movimento comunicativo, a rede social digital Youtube amplia o escopo dos interlocutores, para além da comunicação síncrona (em tempo real) ofertada na televisão e para além do território nacional. Toda a comunidade de falantes de língua portuguesa – no Brasil, em Portugal e em diversos países africanos – pode não somente ter acesso aos episódios destes programas televisivos, como também trocar suas opiniões e experiências sobre os temas abordados em ambos, promovendo o excedente de visão, na expressão de Bakhtin (2011), a ampliação da perspectiva de alteridade, que só contribui para os processos de subjetivação alinhados com as premissas decoloniais.

Nesse sentido, a educação formal realizada nos estabelecimentos de ensino pode se valer da pujança trazida da educação informal desenvolvida nos movimentos negros de luta antirracista, de valorização da cultura afro-brasileira, para alimentar seus estudos de caráter científico para compreender as dinâmicas sociais.

O que percebemos é que o movimento vê na educação um caráter emancipatório para homens e mulheres negras, mas não no sentido preconizado por Fanon (2020), em que o/a negro/a, no afã de ascender à condição de ser, usa uma máscara branca porque tendo sido fixado pelo olhar branco como um não-ser.

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema da sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que depende seu valor e sua realidade humana [...] 'A operação unilateral seria inútil, porque o que deve acontecer só pode se efetivar pela ação dos dois' (Fanon, 2008, p. 180-181).

O processo emancipatório liberta a consciência e reafirma a corporeidade negra, que antes era invisibilizada e subalternizada e se faz presente em todos os locais, em todos os setores, desvelando, também, o corpo branco que já não mais é tido como universal, padrão, mas que, na colonialidade, interpreta o mundo por meio de seus interesses e privilégios.

CONCLUSÃO

Com base no conceito de colonialismo e colonialidade do Poder, do Ser e do Saber, o presente ensaio busca analisar a hierarquização intimamente relacionada ao racismo na Modernidade, à

guisa de brechas para superá-la, tendo como *corpus* dois programas televisivos apresentados na TV aberta e estatal TV Cultura: “Negros em Foco” e “Estação Livre”.

Os movimentos negros, ao longo da história, têm se mostrado como importante estratégia de resistência contra as opressões raciais advindas da colonialidade. Nesse processo de valorização da identidade e da corporeidade negra, estes grupos sociais obtiveram conquistas relevantes nas últimas décadas, no que se refere à implantação de políticas públicas de caráter reparatório das desigualdades provocadas historicamente, por leis que buscaram manter o *status quo* e privilegiar estruturalmente a branquitude.

Nesse tensionamento, a negritude encontra na educação uma instância de libertação e de emancipação. Conscientes de si, os/as negros/as reivindicam participação efetiva na sociedade em todos os seus setores, não apenas como mão de obra, mas como produtores de conhecimento. Neste sentido, a presença do corpo negro é reafirmada enquanto ser – epistemologicamente e ontologicamente –, galgando e ocupando espaços que o racismo o tem impedido de chegar, ainda que sua corporeidade esteja inscrita na zona do não ser, como aponta Fanon (2020). No entanto, é na brecha desse sistema que a ancestralidade dos povos afrodescendentes sobrevive e mostra sua força pujante na Modernidade, ao se unir como um dia o fizeram nos quilombos.

No presente ensaio, que integra as reflexões de uma tese de doutoramento em educação em desenvolvimento, uma pergunta se eleva: se o âmbito da cultura se mostra como brecha possível para a realização de práticas decoloniais, seria o aquilombamento uma das estratégias de resistência e ruptura do domínio do poder político brancocêntrico? A cada avanço da população negra os bloqueios tendem a se fortalecer e se apresentam materialmente no sucateamento do aparelhamento de atendimento público. A todo tempo, a violência física e simbólica tenta aniquilar a existência das pessoas negras; porém, Conceição Evaristo (2016), em seu livro “Olhos d’água”, deixa claro o combinado com a negritude: “Eles tentaram nos matar, mas a gente ‘*combinamos*’ de não morrer”.

É dessa pujança que percebemos como aqueles/as que são subalternizados/as têm voz e falam por si e de si, a partir do local que ocupam. As produções acadêmicas e os/as intelectuais negros/as questionam, com base nas teorias decoloniais, a lógica que hierarquiza e desumaniza pessoas. Em certa medida, isso tem ocorrido nas bolhas do ciberespaço, mas ainda não é uma realidade nos veículos de grande massa, como a TV aberta, que atinge a maioria da população nacional. Um exemplo disso está no aumento e no recrudescimento de setores conservadores e reacionários da sociedade, principalmente manifestados ao partir do governo do então presidente Jair Bolsonaro. Contudo, a cultura da convergência (Jenkins, 2006) pode mitigar este cenário plural nos meios comunicativos, como apontado neste ensaio.

Avanços existem, iniciativas isoladas, ou em parceria público/privado, em grande medida impulsionadas pela questão educacional e pelas características do próprio sistema capitalista. É justamente nesse ponto que existe uma linha tênue em que o racismo, por meio de suas táticas sofisticadas pode atuar. Algumas problematizações e provocações foram tomando forma ao longo deste ensaio, como, por exemplo, o fato do empoderamento e da humanização do corpo negro poder ser perversamente transformados em produto, no sistema capitalista. O aumento da representatividade positiva dos corpos negros tem se revertido em lucro distribuído, favorecendo as próprias pessoas negras? Tem favorecido as mulheres negras? Tem melhorado a qualidade de vida das comunidades negras como um todo ou tem ajudado a fomentar a concentração de renda nas mãos dos/as que já estão no topo da pirâmide social: a branquitude?

Pensar a educação para as relações étnico-raciais vai além de pensar os grupos isoladamente. Para melhor compreender a complexidade dessas questões é necessário o esforço de um olhar interdisciplinar para essa temática e aqui está a importância do fortalecimento das políticas públicas compensatórias, para lidar com as especificidades da população negra e o conjunto da sociedade, em compromisso com uma postura antirracista, à guisa de construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que as pessoas possam exercer plenamente a sua cidadania. Nesse movimento interdisciplinar, a educação pode se valer de programas televisivos como “Negro em Foco” e “Estação Livre”, como importantes elementos para um processo formativo em prol do empoderamento e da humanização dos grupos sociais subalternizados, dentre os quais as pessoas negras estão inseridas.

REFERÊNCIAS

Adichie, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Azevedo, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o Negro no Imaginário das Elites - Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

Bakhtin, Mikhail M. (1920-1974). **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Bento, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo, 2002 169p. Tese (doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Chauí, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho, 2023.** <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. **Entenda o que é regulamentação da mídia.** Portal EBC, 2023. <http://memoria.ebc.com.br/regulacaodamidia>

Evaristo, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: Evaristo, C. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional. 2016.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EdUfba, 2008.

Fernandes, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021.** IBGE educa. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,9%2C1%25%20como%20pretos.>

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação superior. Sinopse Estatística da Educação Superior 2021.** Ministério da Educação, INEP, 2021. https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2021.zip

Jenkins, Henry. **Convergence culture.** New York University Press, 2006.

Kellner, Douglas. **A cultura da mídia.** São Paulo: EDUSC, 2001.

Lévy, Pierre. **Cibercultura.** Trad. C. I. da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Maia FJF, Farias MHV de. **Colonialidade do poder:** a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. Universidade Católica Dom Bosco; 2020. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300>

Malcher, Maria Ataíde; Vidal, Marly Camargo de Barros; Motter, Maria Lourdes. **Cidade dos Homens e Turma do Gueto: oportunidades de inovações a partir das brechas.** In: **Anais do VI Lusocom - Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, Covilhã, 2004.** <https://www.bocc.ubi.pt/pag/malcher-maria-vidal-marly-motter-maria-cidade-dos-homens-e-turma-do-gueto.pdf>

Oliveira, Otair Fernandes de. Intelectualidade Negra e produção do conhecimento na Educação Brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**. v. 01. Segundo semestre. 2016. p. 106-118.

Pereira, Amauri Mendes. Escola-Espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

Quijano, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Enlibro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

Santos, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

Silva, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior**: Acesso e perfil discente. Texto para Discussão, No. 2569, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2020. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240764/1/td-2569.pdf>

Vygotsky, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.